

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

As reformas econômicas e a abertura comercial iniciadas na década de 90 do século passado modificaram significativamente o aparato administrativo do comércio exterior brasileiro. Considerando a atual configuração do comércio exterior brasileiro e as competências dos órgãos intervenientes nesse setor, julgue os itens seguintes.

- 51 A Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) é a instância que orienta e define as diretrizes e procedimentos relativos à implementação da política de comércio exterior de bens e serviços e coordena as ações dos órgãos que possuem competências na área.
- 52 A fixação das alíquotas dos impostos de exportação e importação e a fixação de direitos *antidumping* e compensatórios, além da aplicação de salvaguardas comerciais, são de competência da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- 53 Compete ao Departamento de Negociações Comerciais (DEINT), órgão integrante do SECEX, o estabelecimento das diretrizes para as negociações de acordos e convênios de natureza bilateral, regional ou multilateral relativos ao comércio exterior.
- 54 A atuação do Banco Central do Brasil no comércio exterior envolve o controle cambial e a fiscalização das instituições autorizadas a operarem no mercado cambial e das operações relativas ao pagamento de importações e exportações.
- 55 O Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) é o instrumento informatizado que registra e integra informações relativas às operações de comércio exterior, permitindo, assim, o acompanhamento e o controle administrativo dessas operações.
- 56 A atuação do Ministério da Fazenda no comércio exterior envolve a gestão e a execução dos serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiro, o financiamento das exportações e a garantia de operações de crédito às exportações.
- 57 A coordenação das posições brasileiras e a participação nas negociações em fóruns internacionais sobre acesso a mercados, formulação de regras e solução de disputas comerciais são prerrogativas exclusivas do Ministério das Relações Exteriores.

A condução das diferentes operações administrativas, aduaneiras, de registro contábil vinculadas ao comércio exterior e as negociações tarifárias pressupõem o emprego de instrumentos que uniformizem o entendimento e os procedimentos a elas referentes. A respeito desse assunto, julgue os itens subsequentes.

- 58 A Nomenclatura da Associação Latino-Americana de Integração (NALADI) foi criada, na década de 80 do século passado, com o objetivo de facilitar o comércio regional e a aplicação das preferências tarifárias negociadas no contexto daquela associação.
- 59 Por ser uma iniciativa de integração negociada no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), o MERCOSUL emprega o sistema de classificação de mercadorias dessa associação.
- 60 O Sistema Harmonizado (SH) é o método internacional de classificação de mercadorias que serve de base para sistemas de classificação eventualmente empregados no marco de acordos preferenciais de alcance regional.
- 61 A natureza e a função dos produtos no processo produtivo (insumos básicos, bens intermediários, bens de capital, consumo final) e seus valores, segundo o grau de elaboração, são os critérios definidores da classificação de mercadorias no SH.

Considerando os Termos Internacionais de Comércio (INCOTERMS), julgue os itens que se seguem.

- 62 Os INCOTERMS são empregados para padronizar os indicadores nacionais e internacionais de comércio, sendo os valores das exportações convencionalmente designados na modalidade FOB (*Free on Board*) e os das importações na modalidade CIF (*Cost, Insurance and Freight*).
- 63 Na modalidade FOB, o exportador é responsável pela mercadoria até o momento em que ela cruzar a murada da embarcação, quando de seu embarque, sendo de responsabilidade do importador todos os custos relativos ao frete e ao seguro.
- 64 Em uma operação comercial regida pelo termo CIF, o importador assume todos os custos e responsabilidades sobre a mercadoria desde o seu embarque até a sua entrega no local de destino final, independentemente da modalidade de transporte selecionada.
- 65 No termo EXW (*Ex Works*), o vendedor se compromete a entregar a mercadoria no destino final indicado pelo comprador sem quaisquer ônus, para este, relativos a embarque, frete e seguro.
- 66 Como os INCOTERMS não são objeto de nenhum acordo internacional vinculante, o seu emprego em contrato internacional de compra e venda é facultativo.

Considerando as modalidades e a contratação de transporte e de seguro, julgue os itens a seguir.

- 67** Compete à autoridade aduaneira a cobrança do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) quando do descarregamento da mercadoria importada, sendo a receita auferida transferida diretamente ao Fundo da Marinha Mercante (FMM).
- 68** O transporte multimodal de carga envolve diferentes veículos e modalidades de transporte contratadas junto a distintos operadores que prestam diretamente o serviço ou que o subcontratam.
- 69** A contratação do seguro para cobertura de riscos na movimentação de cargas é condição indispensável nas operações de comércio exterior.
- 70** A responsabilidade pela contratação do seguro internacional de transporte de mercadoria depende de acordo entre as partes da operação comercial, o qual estará expresso no INCOTERM a ela aplicado.
- 71** Em operações regidas pelo termo FOB, é facultativa ao importador a contratação do seguro de transporte de mercadoria.
- 72** O transporte intermodal envolve o emprego de diferentes modalidades de transporte cuja contratação é reunida em um único instrumento.
- 73** As importações de bens amparadas em benefícios da Zona Franca de Manaus e das áreas de livre comércio ocorrem mediante licenciamento não automático.
- 74** Cabe ao importador, uma vez habilitado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil a utilizar o SISCOMEX, solicitar o licenciamento de importação.
- 75** A dispensa de licenciamento de importações é concedida excepcionalmente em situações em que a importação atende a necessidades de caráter emergencial ou atende a relevante interesse econômico para o país.
- 76** O fato gerador do Imposto de Importação (II) é a expedição da licença de importação por meio do SISCOMEX. O recolhimento do II ocorre no desembaraço aduaneiro da mercadoria mediante débito automático na conta bancária do importador.
- 77** O fato gerador do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as importações é o desembaraço aduaneiro da mercadoria, sendo o contribuinte do imposto o próprio importador.

Julgue os próximos itens, acerca de despacho aduaneiro de importação.

- 78** O despacho aduaneiro de importação ocorre sob as modalidades de despacho para consumo, admissão e internação, sendo a modalidade definida de acordo com o tipo de regime aduaneiro aplicado à mercadoria em questão.
- 79** A conferência aduaneira é etapa central do despacho aduaneiro e envolve o exame da documentação, a verificação da mercadoria e, se constatadas inconsistências ou fraude, a aplicação de procedimento especial de controle aduaneiro.
- 80** O despacho aduaneiro consiste na verificação da exatidão dos dados declarados pelo importador em relação à mercadoria importada, aos documentos apresentados e à legislação aplicável; seu objetivo é o desembaraço aduaneiro da mercadoria.

Considerando as diferentes modalidades de pagamento previstas na legislação brasileira, julgue os itens seguintes.

- 81** Na modalidade denominada carta de crédito, cabe ao banco emitente pagar diretamente ao beneficiário ou indicar um banco designado para proceder ao pagamento.
- 82** A modalidade de pagamento que oferece maior garantia ao exportador é a remessa sem saque.
- 83** Considere que determinado bem importado em consignação, estando, pois, sob o regime de entreposto aduaneiro, tenha sido adquirido e pago sob a forma de remessa antecipada. Nesse caso, estando já o bem em território nacional, considera-se antecipado o pagamento se este for realizado antes do desembaraço aduaneiro.
- 84** A modalidade de pagamento denominada cobrança ocorre quando o exportador envia documentação relativa à exportação diretamente ao importador, sem intermediação bancária, para que este proceda ao pagamento pertinente.
- 85** Na remessa sem saque, o pagamento é considerado à vista se realizado até o desembaraço aduaneiro da mercadoria e a prazo, se efetuado após o mesmo.

O início de 2011 foi marcado pela intensa discussão acerca da valorização do real em relação ao dólar. A indústria manufatureira nacional se ressentiu da perda de competitividade das suas exportações e do ganho de competitividade dos produtos importados no mercado interno brasileiro. Tais fenômenos decorrem diretamente da valorização do real. Acerca da política cambial brasileira, julgue os itens a seguir.

86 O adiantamento sobre contrato de câmbio pode ser celebrado entre o banco e o exportador até 360 dias antes do embarque.

87 Uma operação de câmbio para pagamento de importação, com liquidação pronta, é liquidada em D+3.

88 É vedado o pagamento de importações, por empresas brasileiras, antes do embarque das respectivas cargas no exterior.

89 A taxa de câmbio comercial brasileira é determinada pelo Banco Central do Brasil.

90 O Banco do Brasil é o único banco brasileiro autorizado a realizar operações de câmbio.

A simplificação e a desoneração das operações são aspectos determinantes para o aumento da competitividade das exportações brasileiras. Acerca das operações de exportação brasileiras, julgue os itens que se seguem.

91 O registro de exportação deve ser preenchido no SISCOMEX antes do início do despacho de exportação.

92 Envio de amostras ao exterior, sem valor comercial, até o limite de US\$ 50 mil, é um exemplo de operação de exportação para a qual é dispensado o registro de exportação.

93 No Brasil, os registros de exportação devem ser obrigatoriamente vinculados a contratos de câmbio.

94 Dispensa-se o registro de exportação em operações de exportação com valor total FOB inferior a US\$ 50 mil, salvo nos casos de produtos que tenham exigência de anuência prévia.

95 O ICMS incidente sobre produtos exportados deve ser recolhido antes de seu embarque.

96 O registro de exportadores e importadores brasileiros é administrado pela Receita Federal do Brasil.

O incremento das importações brasileiras entre 2010 e 2011, com elevada suspeita de incremento na concorrência desleal, tem levado a indústria nacional a pedir o fortalecimento do sistema de defesa comercial brasileiro. Com relação ao sistema de defesa comercial brasileiro, julgue os seguintes itens.

97 A CAMEX é o órgão colegiado responsável pela fixação de direitos *antidumping* no Brasil.

98 Direitos *antidumping* são aplicados para defender a economia nacional contra importações objeto de *dumping*.

99 Determinado setor industrial que se considerar alvo de importações fraudulentas pode pedir a aplicação de salvaguarda.

100 A SECEX, integrante da estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, é responsável pelas investigações que podem resultar na aplicação de medidas de defesa comercial.

A negociação de acordos de preferência comercial é elemento importante no esforço de abertura de mercados para produtos brasileiros. Acerca da política comercial brasileira, julgue os itens subsequentes.

101 O imposto de exportação é aplicado sobre exportações de determinados couros brasileiros.

102 A Tarifa Externa Comum (TEC) aponta as alíquotas do imposto de importação aplicadas nas importações brasileiras.

103 Por força dos acordos celebrados no âmbito do MERCOSUL, todas as mercadorias exportadas pela Argentina para o Brasil gozam de alíquota zero de imposto de importação.

104 As exportações uruguaias para o Brasil gozam de isenção do IPI vinculado à importação.

105 Mercadorias brasileiras importadas de países com os quais o Brasil mantém acordo de preferência comercial poderão gozar de redução de alíquota de imposto de importação, desde que cumpram as exigências de regra de origem e estejam contidas nas listas de preferência.

O financiamento às exportações em condições similares àquelas praticadas no mercado internacional é um elemento importante para a competitividade das exportações brasileiras. A respeito do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), julgue os próximos itens.

- 106** Nas operações de financiamento do PROEX, dispensam-se garantias.
- 107** Existem três modalidades de PROEX: financiamento, equalização e financiamento equalizável.
- 108** Uma empresa com faturamento anual de R\$ 60 milhões pode utilizar o PROEX para o financiamento das suas exportações.

Com relação aos regimes aduaneiros especiais brasileiros, julgue os itens a seguir.

- 109** O regime de entreposto aduaneiro não pode ser utilizado na exportação.
- 110** O *drawback* é um regime aduaneiro especial por meio do qual um exportador pode importar insumos, com suspensão de tributos aduaneiros, para compor produtos a serem exportados.
- 111** O *drawback* isenção permite a isenção do imposto de importação, do IPI vinculado à importação e do ICMS na importação de insumos para repor estoques utilizados em produtos já exportados.
- 112** O *drawback* integrado permite a suspensão da incidência da COFINS, do PIS e do IPI na compra de insumos no mercado nacional para a produção de bens destinados à exportação.
- 113** Existem três modalidades de *drawback*: suspensão, isenção e restituição.
- 114** Mercadoria importada depositada em regime de entreposto aduaneiro pode ser submetida a operação de industrialização.

Com relação à atividade de comércio exterior de empresa fabricante e exportadora de calçados, julgue os itens a seguir.

- 115** Se o prazo de pagamento da exportação for superior a 180 dias, esse tipo de empresa deve preencher o registro de operação de crédito.
- 116** A empresa fabricante e exportadora de calçados não pode utilizar o PROEX para financiar a fase de comercialização das exportações de calçados porque esse produto não é elegível ao PROEX.
- 117** Esse tipo de empresa pode usar o regime de *drawback* para importar, com suspensão dos tributos incidentes na importação, solados de borracha para a fabricação dos calçados a serem exportados.
- 118** Para pagar a importação dos solados, empresa desse tipo deve pedir autorização ao Banco Central do Brasil.
- 119** No cálculo do preço de exportação dos seus calçados, a empresa fabricante e exportadora de calçados não deve considerar a incidência de IPI, PIS, COFINS e ICMS, já que as exportações são constitucionalmente desoneradas desses impostos e contribuições.
- 120** Para financiar a produção dos calçados a serem exportados, esse tipo de empresa pode fazer um adiantamento sobre cambiais entregues (ACE).